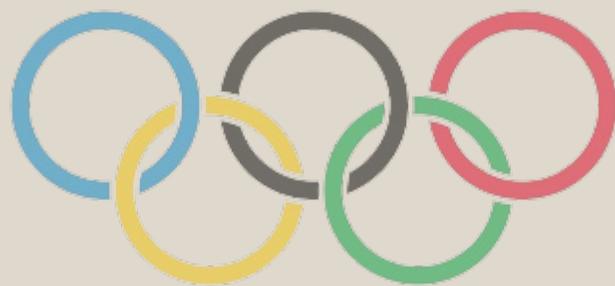


Qual o lugar dado a atletas transgênero nas Olimpíadas?



Fazer transição de gênero ou se autodeterminar não binário e nascer intersexo num país como o nosso exige muita coragem, muita determinação e principalmente muito cuidado. Sem ser fatalista, vivemos num território em que pessoas que escapam ao que é determinado social e historicamente aos papéis de gênero precisam, com muita luta, afirmar um lugar de existência devido as contradições e preconceitos vociferados em todos os cantos tanto da mídia, redes sociais, religiões e na política.

AUTORA

Carla Françaia - Psicóloga com Especialização, Mestrado e Doutorado em Filosofia. Coordenou o curso de Psicologia do UniBrasil entre os anos de 2009 a 2014. Professora Assistente da PUCPR entre os anos de 2011 a 2020. Temas de estudos e pesquisa: gênero, sexualidade, corpo e tecnologia.

De alguns séculos para cá, no ocidente, somos sentenciados como homens e mulheres devido aos nossos órgãos genitais. Quem nasce com pênis deverá performar comportamentos determinados historicamente do que é ser homem e desejar uma mulher para ser sua companheira. O mesmo acontece com quem nasce com vagina, será alguém que desejará a maternidade, pois sua virtude é determinada por padrões sociais construídos principalmente por discursos religiosos. Chamadas de pessoas cisgênero, seu gênero corresponde ao corpo no nascimento.

Engana-se e muito, quem acredita que pessoas que não aceitam uma certa proposição médica estão surgindo somente agora. Não é da natureza humana que homens sejam homens e mulheres sejam mulheres. Caso contrário, em todos os lugares do mundo todos os comportamentos seriam iguais e, bem sabemos, que não é assim. A antropologia, a sociologia e a história mostram muito bem isso. Comportamentos humanos são construções sociais com data e época determinados. Já a natureza é estável, o que também não impede sua adaptação nas centenas de milhares de anos em que o planeta existe.

Se somos determinados pelo corpo a sermos homens e mulheres, como pensar a inclusão de pessoas não cisgênero nos esportes e principalmente nas olimpíadas, um espaço cisnORMATIVO, radicalmente dividido entre homens e mulheres? Não é uma questão simples porque, para além de treino e da técnica, o/a atleta também é definido pelo rendimento e força física, e a ciência médica afirma que é responsável por eles a testosterona, produzido 15 vezes mais nas gônadas masculinas que nas femininas. Portanto, mulheres - aquelas que nascem com vagina - são fisicamente inferiores em força e rendimento comparativamente aos homens - aqueles que nascem com pênis - , daí se estabelece a divisão entre esportes masculinos e femininos. A coisa se complica mais ainda quando pensamos em pessoas intersexo que nascem com as duas genitálias, por exemplo.

Meninos e meninas até a puberdade são muito parecidos em forma física, massa muscular e performance esportiva, mas quando entram na puberdade, devido a produção de testosterona entre outras coisas, ocorrem alterações na composição corporal, produzindo diferenças entre os gêneros. Mas, foi ao pensar sobre essas outras coisas que uma dúvida surgiu. Será mesmo que a construção da força física está tão atrelada assim à produção diferente da quantidade de hormônios, ou desde que nascemos ocupamos espaços diferentes? Enquanto meninos correm, jogam futebol, brincam de lutar e assistem seus heróis musculosos salvarem o mundo, meninas brincam de casinha com suas bonecas num treino constante para o belo desenvolvimento da sua maternidade, restringindo o movimento do seu corpo na ocupação do espaço não só privado, como a cozinha e o quarto, mas nos espaços públicos também,



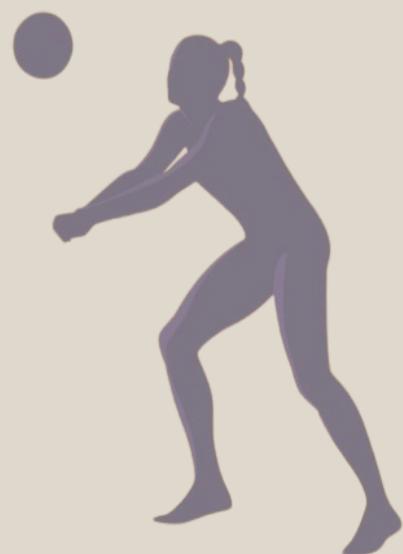
afinal meninas devem ser belas, recatadas e do lar. Mas, é preciso fazer um adendo: ao que tudo indica, as novas gerações, pessoas nascidas de 2010 para cá, estão quebrando esses padrões e coisa de menino e coisa de menina estão perdendo sentido. Oxalá, o disruptivo transforme-se em norma.

Voltando ao esporte. A exclusão nas olimpíadas não é um dado novo. Na Grécia Antiga, os jogos olímpicos eram praticados somente por homens. Em 1896, Pierre de Coubertin, fundador das Olimpíadas modernas, vetou a participação das mulheres com o argumento que o esporte feminino é contrário as leis da natureza, portanto mulheres não são aptas para a competição. A inclusão de mulheres cisgênero aconteceu lentamente. Seu início foi em 1928 somente nas provas de atletismos, em 1964 com o vôlei e em

1976, o basquete. Mas, somente em 2012 participaram de todas as modalidades esportivas.

No mesmo ano em que as mulheres puderam votar no Brasil, em 1932, a nadadora Maria Lenk, com 17 anos em Los Angeles, foi a única mulher na delegação brasileira de 60 pessoas. Quatro anos depois, foram 6 atletas brasileiras a competir nos Jogos Olímpicos de Berlim e em 1964 em Tóquio, Aída dos Santos foi a primeira mulher negra a competir, ficando em quarto lugar na final do salto em altura. As primeiras medalhas femininas vieram em 1996 no vôlei de praia, ouro e prata e no basquete, a prata. Rayssa, a fadinha, foi a atleta com apenas 13 anos a conquistar uma medalha em Tóquio no ano de 2021.”

Até 1968 para que uma mulher pudesse participar dos jogos olímpicos, um comitê do COI - Comitê Olímpico Internacional - fazia a inspeção da genitália feminina, seios e vagina e, só depois desse ano é que o exame cromossômico teve início. Foi com esse exame que a atleta espanhola María Patiño perdeu sua licença para competir nos jogos olímpicos em 1988. Descobriu-se que ela tinha os cromossomos XY, uma condição congênita chamada de Insensibilidade aos andróginos que a fazia produzir testosterona mas suas células não reconheciam esse hormônio não desenvolvendo nenhum traço masculino. Com uma identidade de gênero feminina e vagina, a atleta precisou entrar na justiça para que fosse reconhecida como uma mulher e recuperar seus títulos.



A neozelandesa levantadora de peso Laurel Hubbard foi a primeira mulher trans a participar dos jogos olímpicos em Tóquio em 2021. Sua participação foi possível porque seu nível de testosterona estava compatível ao que é permitido a atletas mulheres cisgênero durante 12 meses até a competição. Nas Paraolimpíadas, a primeira atleta trans a representar a Itália foi Valentina Petrillo.

“A decisão tomada pelo COI é que as federações esportivas internacionais irão decidir e estabelecer diretrizes para a participação de atletas transgêneros nas Olimpíadas em Paris de 2024.”

Os estudos sobre atletas transgêneros ainda é muito precário e não existe comprovação que atletas trans de auto rendimento tenham resultados diferentes e melhores que atletas cisgênero e, por isso, alguns países tem levado a sério essa discussão sobre a inclusão e a permanência trans no esporte de elite.

No Brasil existe um Projeto de Lei apresentado pelo deputado Altair Moraes do Republicanos de São Paulo - 346/2019 - que buscar restringir a participação de pessoas trans em competições esportivas oficiais, indo na contramão das discussões jurídicas que reconhecem os plenos direitos de pessoas transgêneros. A inclusão de atletas trans nos esportes como a jogadora de vôlei Tifanny Abreu, e nas Olimpíadas, é fundamental para que o debate seja sério e escape da ideologia transfóbia e preconceituosa que é travada na política e na religião do país que mais mata a população LGB-TQIA+.

